

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – MANIFESTAÇÕES**
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/2/2019

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Cássio Soares e André Quintão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, diretor de Operação Norte da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (23/1/2019); Danilo de Sá Viana Rezende, superintendente regional substituto da Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais (31/1/2019); Flávio Bazzano Franco, chefe de gabinete do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (04/12/2018); Vladimir de Faria Azevedo, secretário municipal de Governo da Prefeitura de Contagem (31/1/2019); Christiano Augusto Xavier Ferreira, prefeito de Santa Luzia (31/1/2019); Leinilson Marcos Barbosa Alves, secretário municipal de Segurança, Trânsito e Transporte da Prefeitura de Ribeirão das Neves (31/1/2019); Fabiano Martins Cunha (2), superintendente regional Dnit no Estado (23/1/2019); Mario Rodrigues Junior, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (14/2/2019); Francisco Arruda Vieira de Melo Silva, chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (31/1/2019); e Bruno Ferreira Costa (22), subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (16 e 23/1/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 62/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a reestatização da Vale;

nº 65/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a revitalização do Rio Jequitinhonha;

nº 66/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a presença dos auditores do Tribunal de Contas e dos secretários de Governo, os impactos do projeto de lei da reforma administrativa proposto pelo governador Romeu Zema;

nº 68/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o risco de rompimento da barragem Casa de Pedra, em Congonhas;

nº 72/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater as consequências para a saúde do rompimento da barragem em Brumadinho;

nº 75/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater as possibilidades de construção de barragens de rejeitos de minério com métodos mais seguros;

nº 81/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a falta de pavimentação da Rodovia BR-367;

nº 82/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da reforma previdenciária na vida dos idosos;

nº 89/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o risco iminente de rompimento das barragens de Barão de Cocais e de Itatiaiuçu;

nº 99/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento significativo de acidentes na BR-367;

nº 101/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a recente liberação do uso de mais de 40 agrotóxicos;

nº 106/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o desenvolvimento do artesanato mineiro e o impacto da reforma administrativa nesse setor;

nº 140/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater o surto de dengue no Estado;

nº 211/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a iminente remoção dos moradores do Assentamento Princesa do Vale, localizado em Almenara;

nº 220/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos atingidos pela barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho;

nº 300/2019, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Campanha da Fraternidade 2019, proposta pela Igreja Católica, cujo objetivo é estimular a participação em políticas públicas, à luz da palavra de Deus e da doutrina social da igreja, para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais de fraternidade;

nº 360/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita ao Assentamento Princesa do Vale, no Município de Almenara, para, em atendimento a solicitação dos moradores, verificar as condições locais em face da ordem de despejo proferida pelo Poder Judiciário.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente – André Quintão – João Leite.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/2/2019

Às 11h11min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Delegado Heli Grilo e Bartô (substituindo o deputado Gustavo Mitre, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Está

presente também o deputado Elismar Prado. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 151/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o tema “Transtornos de estresse pós-traumático decorrente de tragédias e sua relação com o abuso de drogas e álcool”;

nº 441/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o financiamento para as políticas sobre drogas;

nº 442/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as estratégias para a prevenção do uso de drogas no ambiente escolar;

nº 444/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a reinserção social do usuário de drogas e a atenção à família;

nº 446/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Felixlândia para debater as políticas públicas sobre drogas no município;

nº 447/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o uso dos recursos provenientes de leilões de produtos apreendidos do tráfico de drogas em benefício da política estadual sobre drogas;

nº 448/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o acesso a tratamento pelos dependentes de álcool e outras drogas;

nº 450/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o funcionamento do Centro de Referência Estadual em Álcool e Outras Drogas – Cread;

nº 451/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a repressão qualificada e o sistema de justiça criminal em relação ao usuário de droga;

nº 452/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Belo Horizonte para debater as ações de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social dos usuários e dependentes químicos do município;

nº 453/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as ações de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social dos usuários e dependentes químicos da região do Barreiro;

nº 481/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Nanuque para debater ações de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social dos usuários e dependentes químicos do município.

É adiada a votação do Requerimento nº 152/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a incorporação da Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas pela Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, prevista na reforma administrativa do governo estadual, a requerimento do deputado Bartô.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2019.

Delegada Sheila, presidente – Ana Paula Siqueira – Gustavo Mitre.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/2/2019

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Guilherme, Coronel Henrique e Mário Henrique Caixa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Mário Henrique Caixa para o cargo de vice-presidente. Após votação nominal, é eleito para vice-presidente da comissão o deputado Mário Henrique Caixa, por unanimidade. O presidente proclama o resultado da eleição e dá posse ao vice-presidente eleito. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2019.

Zé Guilherme, presidente – Coronel Henrique – Mário Henrique Caixa.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto nº 7/2019 à Proposição de Lei nº 24.201**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Celinho Sintrocel, Cleitinho Azevedo, Glaycon Franco e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/3/2019, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 7 de março de 2019.

Zé Guilherme, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Raul Belém, Carlos Pimenta, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/3/2019, às 19h30min, em Nova Lima, com a finalidade de, em audiência pública, debater o risco de rompimento das Barragens de Rejeitos B3 e B4 da Mina Mar Azul e da Barragem Vargem Grande, empreendimentos administrados pela Vale, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 7 de março de 2019.

Noraldino Júnior, presidente.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Cel. PM Webster Wadim Passos Ferreira de Souza por assumir o comando da 7ª Região de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (Requerimento nº 142/2019, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o Cel. PM Marcelo Augusto Santos pela conduta exemplar, honrada e meritória no comando da 7ª Região de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (Requerimento nº 143/2019, da Comissão de Segurança Pública).



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/2/2019

O deputado Zé Guilherme* – Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas. É a primeira vez que subo a esta tribuna e não poderia deixar de dizer que é uma enorme alegria estar aqui e poder representar o povo mineiro, nesta Casa.

Hoje vim falar de uma questão específica e que me é cara. Cada parlamentar aqui presente carrega consigo uma bandeira, e a minha não poderia ser outra: as pessoas com doenças raras. Segundo levantamento oficial publicado em 2013, o Brasil tem mais de 13 milhões de doentes raros. São de 6 mil a 8 mil doenças já conhecidas. Como alguns de vocês já sabem, sou avô de uma criança com uma síndrome rara, a Mariazinha. Ela tem a síndrome de Cornélia de Lange, de que, imagino, poucos aqui já ouviram falar. Confesso que, até o nascimento da minha neta, não tinha contato algum com essa ou qualquer outra síndrome rara e vivi de perto a angústia do Marcelo, meu filho, e da Tininha, sua esposa, na busca por informações. Felizmente, nossa família teve acesso a informações e diagnóstico, e a Mariazinha recebe todo o suporte necessário para se desenvolver. Há poucos dias, tivemos a alegria de vê-la, ao seis anos de idade, nadar sozinha. Uma conquista que, anos atrás, nem sonharíamos em ter, uma vez que os médicos não lhe davam mais do que um ano de vida. Nessa caminhada, conhecemos inúmeras famílias que não tiveram as mesmas condições – pais e mães que vivem sem informação, sem diagnóstico e, por consequência, sem tratamento adequado. E foi isso que fez com que essa se tornasse a minha bandeira, não de mandato, mas de vida.

Vejam vocês que, aqui no Brasil, demora-se em média quatro anos e oito meses para que se chegue ao diagnóstico, mas em 70% dos casos as doenças começam a se desenvolver ainda na infância. E, para mim, aqui está o dado mais triste: um terço dos casos resulta em morte antes dos 5 anos de idade. Portanto, a maior demanda, quando se fala em doenças raras, é informação. É por isso que visibilidade é vida, pois falando do assunto é que vamos combater o preconceito, gerar interesse da comunidade acadêmica no tema, pesquisas e investimentos.

Neste mês comemoramos o Dia Mundial das Doenças Raras. O dia 29 de fevereiro, um dia raro, foi a data escolhida por mais de 70 países como o dia dos doentes raros. Em anos não bissextos, como 2019, celebramos no dia 28.

Deixo aqui o apelo para que cada um de vocês, meus pares, também falem do assunto e deem visibilidade à causa. Faço ainda um pedido especial ao governador Romeu Zema: governador, olhe com atenção para essas pessoas. Assim como me coloquei à disposição para juntos trabalharmos pelas pautas de interesse dos mineiros, colocando o nosso estado de volta no lugar em que ele merece, espero contar com a sua disposição para trabalhar pelos doentes raros. Que tenhamos sempre essa sensibilidade e não nos esqueçamos de que há muitos raros entre nós. Para as famílias que nos acompanham, eu reitero: eu e o meu gabinete estaremos 24 horas por dia à disposição de vocês, porque, para mim, nada é mais importante que a vida.

O presidente, deputado Agostinho Patrus, acolheu o meu pedido, e a Assembleia de Minas foi iluminada com as cores das doenças raras. Mais do que isso, informações sobre o assunto foram coladas nas telas de todos os computadores, dos servidores e dos deputados. E também foi encaminhado um release para toda a imprensa mineira, para que o assunto seja abordado nos meios de comunicação. Obrigado, presidente. Precisamos falar sobre o assunto. Precisamos construir políticas públicas que transformem a vida dessas pessoas. Os raros precisam e merecem atenção. Eu gostaria de frisar também que a Prefeitura de Belo Horizonte, a Câmara Municipal de Belo Horizonte e a Câmara Federal também estão iluminadas com as cores dos raros, que são várias cores, porque são várias doenças raras. Isso é de suma importância.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte)* – Obrigada, deputado. Quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa. Acabo de assinar o requerimento. Acho que é muito importante esse debate. Quero parabenizá-lo porque V. Exa. trouxe uma demanda individual para um debate coletivo. Isto é muito importante: transformar as nossas dores individuais em um ato político. Isso é muito valioso. Quero parabenizar V. Exa. e dizer que também há uma grande demanda em relação à anemia falciforme. De fato, em nosso estado, hoje, muitas pessoas estão sofrendo com essa doença, e com dificuldade de encontrar não só o diagnóstico, mas também medicamento. São medicamentos caros, raros, principalmente com as dores nos últimos momentos. E é muito importante saber que há companheiros na Casa com os quais podemos contar nessa luta. Parabéns! Obrigada.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* – Deputado Zé Guilherme, parabéns pelo assunto que V. Exa. está abordando! Realmente ele merece nossa atenção. É uma situação de visibilidade e pouco interesse até mesmo na própria medicina.

Mas eu gostaria de estender também a algumas situações além das doenças raras. Hoje temos, por exemplo, um fato que é muito comum, que é quase a terceira causa de morte, que são as falhas humanas ocorridas no exercício da medicina dentro dos ambientes hospitalares. Então vê-se a grandiosidade que é. Chega até a ser uma causa de morte maior do que as próprias doenças oncológicas. São as falhas, os erros. Às vezes por medicamentos comuns dentro de um hospital. Às vezes, falta um antibiótico importante para combater uma infecção; falta um equipamento adequado para se submeter um paciente a uma intervenção cirúrgica. Por vezes pacientes entram em hospitais superlotados e com poucas condições humanas para serem bem acolhidos e atendidos, e com essa superlotação, correm risco até de ter amputados membros que não eram afetados, por falta de um exame adequado, de uma equipe que cuide daquele paciente. Há casos de medicação que é feita errada porque, às vezes, pacientes têm o mesmo nome e estão internados na mesma enfermaria. Então são aplicados medicamentos de um paciente em outro. Hoje são inúmeras as causas de falhas que ocorrem dentro dos hospitais, que acarretam riscos até de levar pessoas à morte.

Então a saúde hoje não está sendo levada a sério como deveria. Há importantes medidas que o SUS poderia aprimorar, pois hoje ainda convive com portarias do passado. Falam muito hoje que precisamos de mais médicos, mas, na verdade, pode ser que haja médicos suficientes no país, mas eles não são incorporados adequadamente ao Sistema Único de Saúde. Muitos médicos terminam a sua formação, terminam a sua especialização e não conseguem voltar para o interior, para a sua cidade, porque, se ali há apenas um hospital, ele não consegue entrar no corpo clínico.

Existe um freio, um freio de interesse de alguns médicos que já moram naquela cidade e impedem que novos médicos integrem o corpo clínico. Então, hoje não precisamos, às vezes, de mais médicos, e sim de adequar o SUS aos médicos que são formados no Brasil; dar a possibilidade a esses médicos de começarem a trabalhar no SUS e atenderem filas imensas. Muitas vezes, esses pacientes estão permanecendo na fila por um viés do próprio exercício da medicina. Quanto maior a fila, mais cresce também a fila do particular. É isto que temos de fazer hoje: trabalhar para que as pessoas tenham acesso ao SUS e os próprios médicos possam exercer o seu trabalho dentro dos hospitais. Muito obrigado.

O deputado Zé Guilherme* – Concedo aparte ao deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Queria, primeiro, cumprimentá-lo pela proposta e, principalmente, por trazer a discussão de um tema tão importante, um tema que nos preocupa tanto, e tenho certeza de que preocupa também V. Exa., que inclusive é pai do nosso querido amigo deputado federal que aborda esse assunto com tanta propriedade, disponibilizando tempo, disponibilizando recursos, disponibilizando um aparato todo, uma estrutura parlamentar toda para falar das doenças raras.

Quero colocar à disposição, Zé Guilherme, não só do senhor, mas do Marcelo Aro também, a Comissão de Saúde, da qual sou presidente, para podermos trazer uma discussão por outro prisma, por outro ângulo. Há quem pense que para tratar as doenças raras, para não ser enrolado como está sendo enrolado pelo SUS é só entrar na Justiça e judicializar as questões. E não é verdade. A fila da judicialização hoje está maior do que a fila do SUS. É a coisa mais engraçada. A pessoa precisa do medicamento, o município não tem, porque não tem mesmo, não tem condição de comprar, entra o Estado, e às vezes o Estado também não tem o medicamento,

entra também contra o governo federal, e fica aquele jogo, aquele enrola. E o tempo vai passando, e as pessoas que precisam desse medicamento para viver – não é para sarar não, é para viver –, essas pessoas não têm mais a quem recorrer. Então, entram na Justiça. A fila da judicialização – determinada pelo Poder Judiciário, denunciada pelo Ministério Público, apoiada pela Defensoria Pública – está maior do que a fila do SUS, Zé Guilherme. É porque banalizaram muito as coisas. A pessoa precisa de um remédio para tratar a diabetes e tem à disposição esse medicamento, acha mais fácil pegar ali – Defensoria Pública, é de graça, vai lá, entra e não sei o quê. E quem realmente precisa da Justiça forte, com a mão forte, obrigando a comprar os medicamentos, muitas vezes fica nessa fila e não chega nunca a sua vez.

Então, acho que V. Exa., fazendo essa frente parlamentar, esse trabalho que o senhor está fazendo... Eu queria dizer que vamos promover – e peço ao senhor que nos apoie – um grande debate, chamando a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça. Há um desembargador que é responsável pela judicialização, e ele é de uma sensibilidade muito grande. Aliás, Minas está dando exemplo aos outros estados. Ele entende, e dá para você conversar com ele. Vamos chamar o Ministério Público para discutirmos essa questão das doenças raras. Parabéns a V. Exa., e nos colocamos à disposição para abordamos com mais força esse assunto e discutirmos com quem resolve, vermos o que fazer em Minas Gerais para tratar e atender os pacientes, muitos deles jovens, crianças, recém-nascidos com doenças raras e que precisam do medicamento para viver.

O deputado Zé Guilherme* – Deputado, obrigado. Deputada Rosângela Reis, concederei aparte em seguida, mas gostaria de abordar um assunto com o deputado Doorgal.

Deputado Doorgal, você, que é um triatleta, penso que tomou conhecimento do acontecido no sábado passado, de que um ciclista morreu atropelado na Cidade Administrativa. E quero dizer, como presidente da Comissão de Esporte, que precisamos tomar uma posição muito forte perante o que vem acontecendo com ciclistas aqui em Minas Gerais, especialmente na cidade de Belo Horizonte. Estou colocando a comissão à disposição para que possamos fazer esse enfrentamento. No ano passado, um jovem de 38 anos também morreu atropelado. Então, é preciso que nós, aqui dentro, reunamos forças para que possamos encarar de forma definitiva esse problema.

De 1 a 4, os ciclistas de Belo Horizonte dão nota 1 para a segurança nas ruas, quando os ciclistas estão andando. Então, é preciso que esse tema seja abordado, eu o levantarei na Comissão de Esporte. Sei que V. Exa. é triatleta e que foi tocado por isso. Então, só queria deixar essa questão, porque precisamos também enfrentá-la com firmeza.

O deputado Doorgal Andrada (em aparte) – Deputado, agradeço-lhe as palavras. Queria dizer, deputado, que o Alexandre Lazzarotto, durante a semana, treinava comigo tanto natação quanto ciclismo. Ele faz parte da mesma equipe de que participo. Estamos estarecidos. Isso aconteceu dentro da Cidade Administrativa, o lugar mais seguro para um treino de ciclismo na Região Metropolitana de Belo Horizonte. É uma pista de 2,5 km, que constitui o perímetro dos prédios da Cidade Administrativa, com policiamento local. Um ônibus atropelou esse ciclista, deputado, e ele veio a falecer naquele momento. A sua filha também estava ali treinando e chegou a presenciar, não de perto, mas chegou a presenciar o ocorrido. Vamos tomar as providências cabíveis. Amanhã está marcada uma reunião com a Marilene Bretas, gerente de Supervisão *Administrativa*, e vamos, *sim, deputado*, tomar uma iniciativa, inclusive com o senhor, com a Comissão de Esporte. Muito obrigado.

O deputado Zé Guilherme – Com certeza. Concedo aparte à deputada Rosângela Reis.

A deputada Rosângela Reis (em aparte)* – Deputado, quero parabenizar V. Exa. por trazer o assunto das doenças raras a esta Casa, assunto que também se refere a sua família, a sua neta. Conheço bem o depoimento do seu filho, deputado federal Marcelo Aro, que já havia nos passado, em reunião, a situação que ele vive hoje, que é uma demanda de todo o Estado de Minas Gerais. Sabemos que existem muitos casos. Então, disponho-me e coloco-me à disposição para que possamos fazer um trabalho aqui, na Assembleia Legislativa, e buscar alternativas para o atendimento desses casos.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Ana Paula Siqueira* – Boa tarde a todos e a todas! Boa tarde, Sr. Presidente. Hoje queremos fazer uso coletivo deste espaço nosso de fala aqui, na tribuna. Então, queria convidar as minhas colegas deputadas para que possamos, juntas, ocupar este espaço, dado que o nosso recado é importante e queremos que a nossa voz possa ecoar em toda Minas Gerais.

Quero compartilhar com vocês um dado recém-publicado do diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública do governo do Estado de Minas Gerais. Em 2018, Minas Gerais registrou 144.957 casos de violência contra a mulher, incluindo agressões físicas, psicológicas, patrimoniais, morais e sexuais. Isso significa que foram 397 casos por dia, no Estado, ou 16 mulheres agredidas a cada hora. Os números mostram ainda, Srs. Deputados, que foram 433 casos de feminicídio entre tentados e consumados. São números muito alarmantes, e é sobre isso que queremos falar com vocês hoje.

A deputada Marília Campos – Boa tarde a todas as nossas colegas, deputadas Beatriz Cerqueira, Leninha, Andréia, Ana Paula, Rosângela e Laura! Cumprimento também os deputados. No ano passado, a Comissão das Mulheres, que era extraordinária, iniciou a realização do debate preparativo para o 8 de março deste ano. Realizamos várias reuniões, que envolveram aproximadamente 40 entidades, lideranças feministas do nosso Estado, da Região Metropolitana. Iniciamos a discussão da nossa agenda, da nossa temática sobre a mobilização que faríamos em 8 de março.

Hoje realizamos a última reunião que antecede o 8 de março. Dessa reunião, surgiu um convite aos deputados. Todas nós estamos envolvidas nesse processo de preparação. Faço um convite a todos que nos assistem pela TV Assembleia: organizarmos, neste 8 de março, uma mobilização para denunciar as violências sofridas pelas mulheres em todo o Brasil, em particular em Minas Gerais.

Em todo o Brasil, 536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora no último ano. São 4,7 milhões de mulheres; 12,5 milhões foram vítimas de ofensa verbal; 4,7 milhões sofreram algum tipo de empurrão ou chute; 4,6 milhões foram tocadas ou agredidas fisicamente; 1,7 milhão foram ameaçadas com faca ou arma de fogo; 1,6 milhão sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento.

Reforço esses números, conforme mencionado pela deputada Ana Paula, porque o problema de violência é muito grave em todo mundo, em nosso país e em nosso Estado. Temos legislações importantes que avançaram muito em nossas conquistas, como a Lei Maria da Penha e a lei contra o feminicídio, mas elas não conseguem impedir que as violências continuem ocorrendo. Por essa razão, escolhemos, nesse 8 de março, a nossa luta contra todas as violências.

Então quero usar este espaço para fazer o convite. É uma luta das mulheres, mas é uma luta de todos aqueles que defendem a nossa luta em defesa das igualdades e contra a violência. Faremos uma reunião no Salão Nobre da Assembleia Legislativa, com a presença do presidente da Assembleia, às 9 horas. E, a partir do meio-dia, levaremos a Assembleia Legislativa para onde o povo está, a Praça Sete, para discutir a nossa agenda, a nossa luta contra a violência. Desenvolveremos, durante todo o ano, uma pauta, uma agenda de discussão, de informação e de formação para as lideranças feministas do nosso estado. Contamos com o envolvimento desta Casa e já temos esse compromisso. Contamos com o envolvimento de todos os parlamentares nessa luta em defesa da democracia, em defesa da igualdade e contra a violência. Muito obrigada. Devolvo a palavra à deputada Ana Paula.

Leninha* – Boa tarde Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas, pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia e nas galerias!

É fundamental estabelecermos esse novo ciclo da Assembleia, a fim de que possamos propor política pública, de fato, para o enfrentamento, o combate à violência contra as mulheres.

Nesse sentido, neste ano estamos inovando. Além de a comissão ser permanente, também estamos fazendo um processo de descentralização. Ou seja, a violência contra as mulheres acontece por todo este estado, por este país, e esse processo de descentralização visa fortalecer, ampliar e apoiar os movimentos de mulheres que, a cada ano, vão para as ruas, fazem formação,

atividades para, mais uma vez, sensibilizar os companheiros e a sociedade, de um modo geral, de que não é possível continuar com o alto índice de violência que temos neste país e neste estado.

Por isso, vamos ter atividade no Norte de Minas, em Montes Claros; atividade no Vale do Jequitinhonha, em Araçuaí; atividade no Sul de Minas, em Alfenas; atividade em Belo Horizonte; e, de modo muito especial, atividades em Brumadinho, para acompanhar e estar junto. Pois, ninguém solta a mão de ninguém, e nós, mulheres, também estamos com a nossa sororidade em alta, em solidariedade às mães, às irmãs, às mulheres que foram vítimas do rompimento da barragem lá, em Brumadinho.

Dessa forma, queremos que vocês, nossos companheiros parlamentares, não só se sintam convidados, mas também motivados a estar conosco nesta pauta tão importante para todos nós. Afinal, queremos uma sociedade em que homens e mulheres, de fato, tenham o direito de viver da forma como cada um quiser. Sendo assim, não podemos aceitar aqui, na Casa, que a cada ano aumente esse índice de violência, que fiquemos calados e tapemos os olhos para isso que está acontecendo. Viramos 2019 com dados cada vez mais alarmantes sobre essa violência.

Nós, mulheres negras que ocupamos este Parlamento, queremos contar com as companheiras e com os companheiros nessa luta que é de todos. Esperamos vocês juntos, apesar de o evento ser na sexta-feira. Caso não estejam aqui, na Assembleia Legislativa, que vocês incorporem em sua cidade, em sua região esse evento para juntos formarmos esse grande movimento pela paz na família, na comunidade e, acima de tudo, pelo fim da violência contra as mulheres. Obrigada.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte)* – Sr. Presidente, gostaria de 1 minuto de atenção só para fazer coro com minhas companheiras aqui.

Quando a gente fala da necessidade de trazer o debate das mulheres para o espaço do Parlamento, estamos dizendo também que, infelizmente, há um crescimento de discurso de ódio protagonizado por lideranças religiosas, sociais e políticas, e isso tem aprofundado ainda mais a crise e a violência com as mulheres. Percebemos que esse processo de acesso aos direitos das mulheres negras e brancas é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas. Nesta legislatura, a média de mulheres é um número menor que dos homens, e as mulheres negras ainda somos um número menor.

No entanto, quero dizer que, nestas eleições, aumentou o número de mulheres no Parlamento, mas entre as mulheres negras o número ainda é bem menor. Percebemos que, no País, 10% de mulheres ocupam o parlamento, e o número de mulheres negras é de apenas 3%. O mesmo dizer em relação à renda. A renda das mulheres negras é 42% menor que a renda das mulheres brancas.

Em relação à ocupação do curso superior, há 25 anos, o número de mulheres brancas que ocupavam a academia, o curso superior, era de 32% e, agora, as mulheres negras alcançaram 15%. Então, também temos de trazer um debate sobre as pautas das mulheres com um recorte de raça e de classe. É extremamente importante construir essa consciência de que estamos trabalhando unidas porque existe, sim, uma opressão que recai sobre todas nós. Mas ainda há uma diferença quando se trata da questão de raça e gênero. As mulheres negras ainda estão numa situação muito inferior à situação das mulheres brancas.

A deputada Laura Serrano (em aparte)* – Gostaria de pedir atenção a todos os colegas deputados. Venho reforçar o convite das minhas colegas deputadas. A violência contra a mulher é a violência contra o indivíduo. Portanto, como sabemos – e creio que todos concordam – a violência tem de ser repreendida, precisamos do esforço de todos. Não adianta só o esforço das mulheres. Nós precisamos do esforço também dos homens junto conosco nisso, porque nenhum tipo de violência contra indivíduo pode ser permitido. Aliás, qualquer tipo de violência tem de ser repreendido e investigado. Caso os criminosos e culpados sejam encontrados, esses têm de ser punidos exemplarmente.

Então, queria apresentar um ponto importante em relação à questão da violência contra a mulher, que é a necessidade também de pensarmos pelo lado da independência financeira. Há estudos que comprovam que a maioria dos casos de violência contra a mulher está relacionada com o abuso de poder econômico pelo cônjuge. Aí, venho reforçar o empreendedorismo feminino, a

importância de incentivarmos o empreendedorismo em geral. É só através das startups e do empreendedorismo que, de fato, conseguiremos ter mudanças estruturais e desenvolvimento econômico para toda a população.

Portanto agradeço muito a oportunidade e às minhas colegas. Espero contar com os colegas deputados neste nosso movimento, nesta nossa ação.

A deputada Ana Paula Siqueira – Srs. Deputados, queremos contar com a participação de V. Exas. e convidar todos para a abertura do nosso evento que será no dia 8 de março, às 9 horas da manhã, no Salão Nobre. O nosso tema é “Sempre vivas”. É assim que nós queremos. Aliás, queremos não só a nós, mulheres, mas também a toda a sociedade. Então, a participação de vocês se faz indispensável.

Alguns colegas estavam convidando um ou outro para que fizessem parte aqui conosco. Nós faremos um movimento contrário, ou seja, descenderemos para demonstrarmos que estamos juntas e queremos a participação de vocês. O.k.? (- Palmas.)

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* – Muito obrigado. Quero parabenizar V. Exas. pela fala importante nesta tarde e dizer que estaremos sempre à disposição de todos. É um compartilhamento do Parlamento nesta demanda tão importante que vocês estão relatando.

Quero também acentuar que a nossa Assembleia já teve uma participação importantíssima em defesa das mulheres. Por minha iniciativa, tivemos a comissão de defesa das mulheres, que apresentou o projeto. Percorremos o Estado de Minas Gerais, ouvindo, inclusive, regiões importantes. Tive como relatora a deputada Luzia Ferreira, cujo entendimento foi desaguar em várias demandas que respondemos através da nossa comissão especial, como a instalação da Delegacia da Mulher, criada por trabalho da nossa comissão. Além disso, junto ao Tribunal de Justiça fizemos várias gestões para a instalação da Vara de Defesa da Mulher no Estado de Minas Gerais, junto à Defensoria Pública e, em outros setores, com a prevalência realmente em defesa da mulher.

Portanto quero, mais uma vez, parabenizar V. Exas. pelo dia 8 de março próximo. Ponho-me à disposição para o que for necessário na Comissão de Constituição e Justiça para, juntos, estarmos em defesa, acima de tudo, da mulher, da dignidade e de todos nós. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Marília Campos* – Na verdade, estamos alterando um pouco o funcionamento e garantindo uma intervenção mais coletiva porque acreditamos também que, se nos juntamos, ficamos mais potentes e o nosso discurso, certamente, ecoará com mais força por toda Minas Gerais.

O deputado Guilherme da Cunha (em aparte)* – Exmas. Sras. Deputadas, gostaria, antes de mais nada, de agradecer o convite e, sendo muito breve, dizer que faço questão de estar presente porque hoje a luta das mulheres contra a violência, contra a opressão e por maior empoderamento, é uma luta da civilização contra a barbárie.

Faço questão de apoiá-las e de prestar os meus serviços no que as senhoras decidirem que eu possa ser útil. Não pretendo coordenar ou dirigir ações e me coloco como um ajudante para as ações que as senhoras entenderem adequadas. Essas ações terão meu apoio sempre.

A deputada Marília Campos* – É muito importante a sua fala, deputado, até porque a nossa luta vai ser não apenas para promover a discussão, para promover o debate na Assembleia Legislativa, aqui fora, mas para lutar por políticas públicas, como bem disse a deputada Laura sobre a necessidade de desenvolvermos a autonomia das mulheres para enfrentar a questão da violência. Portanto, é necessário haver políticas públicas para garantir mais renda e mais emprego para as mulheres, e também defender essas políticas, como por exemplo, as delegacias de mulheres. Há 60 delegacias em toda Minas Gerais, mas elas são insuficientes e não estão bem estruturadas para acolher as demandas das mulheres. E essas delegacias são o primeiro local que a mulher procura para se proteger, para denunciar. Então é muito importante que a gente faça esse investimento público. Também estamos lutando pela

instalação de mais varas no Tribunal de Justiça que julguem os casos de violência. Há apenas uma única vara em BH. Portanto temos de estender essa política para outros municípios, principalmente para os que se destacam na questão dos feminicídios. Certamente precisaremos do apoio do governo e dos deputados desta Casa para implementar políticas públicas que defendam as mulheres. Concedo aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Quero parabenizar V. Exa. e todas as meninas desta Casa, nossas colegas. Quero comunicar a V. Exa. que entramos em contato agora com o presidente Kennedy, da Unale, e, a partir, de hoje, no lançamento de V. Exa., a união dos deputados do Brasil entrará nessa luta com todas as deputadas do Brasil. E, como falei, essas deputadas também participarão. A deputada Celise Laviola foi designada pelo presidente Kennedy, de Santa Catarina, para participar e trazer também, no dia da audiência, outras mulheres dos Paramentos de todo o Brasil.

Segundo, acho que agora esta Casa aprova o projeto do deputado Alencar da Silveira Jr. – tenho certeza que com o apoio de todas as mulheres – proibindo, em concurso público no Estado de Minas Gerais, pessoa que tenha algum problema com a Maria da Penha, com violência contra a mulher. Depois de uma lei desta Casa, do deputado Alencar da Silveira Jr., pessoa que tenha algum problema com a Lei Maria da Penha, com violência contra a mulher, estará proibida de participar de concurso no Legislativo e também no Estado de Minas Gerais. Vamos dar o pontapé inicial. Minas vai ser exemplo. O homem que, por acaso, tenha problema com a Lei Maria da Penha ou com qualquer violência, estará afastado de qualquer concurso público no Legislativo e no Estado de Minas Gerais. Tenho certeza de que esse projeto, virando lei, levará para todos os municípios essa corrente. Vamos proibir as pessoas que têm, os homens que têm qualquer problema com a Lei Maria da Penha de fazer concurso em Minas Gerais. Tenho certeza de que este projeto vai ser encampado e apoiado pela cidade.

Quero fazer uma crítica ao Aeroporto de Confins. Falava com V. Exa. e com os companheiros que acho um absurdo, uma discriminação contra as mulheres você chegar ao Aeroporto de Confins e ver escrito: “Vaga para elas”. Quando você chega ao Aeroporto de Confins, você vê vaga para idoso, vaga para deficiente, mas lá também estão colocando vaga para elas. Isso não pode acontecer, Marília. Temos de mostrar, as mulheres têm de mostrar seus espaços. E nós, do Parlamento, não podemos deixar isso acontecer. É uma maneira de discriminar a mulher, quando há vaga especial só para mulheres no Aeroporto de Confins. Achei um absurdo quando cheguei lá e vi que colocaram isso. Como mulher, vocês não podem deixar, e o Parlamento não pode deixar que a vaga seja só para elas.

Queremos direitos iguais para todos. Tenho certeza de que as nossas mulheres hoje mostram a força acima de tudo na mãe, na família, na profissional, na condição de deputada, como V. Exas.

Acho que esta Casa tem de fazer um manifesto e mandar à coordenação do Aeroporto de Confins, pedindo a retirada dessas vagas para elas. Acredito que não pode ser por aí.

A deputada Marília Campos – Deputado Alencar, às vezes, é importante tratar de forma diferente para atingir as condições de igualdade, mas, nessa situação em particular do Aeroporto de Confins, vou propor um requerimento na Comissão de Mulheres para que façamos esse debate especial. Não é uma política de cotas, mas uma política diferente. E eu acho que temos de debater melhor por que foi implementada no Aeroporto de Confins. Particularmente desconhecia, mas me comprometo, e acredito que nós todas aqui, a promover esse debate na Comissão de Mulheres. De antemão, já aproveito para convidá-lo para estar presente, como também conto com V. Exa. para que convide a Unale para estar também presente na abertura do nosso evento com todas as parlamentares e com todos os parlamentares às 9 horas, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa.

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte)* – Sr. Presidente, nobres deputadas, boa tarde!

Também tenho um sonho não só de ver todas as planícies elevadas, as montanhas e escarpas alisadas, os terrenos pedregosos alisados e os caminhos curvos retificados. Isso é o sonho de ver todas as pessoas iguais, sentadas à mesma mesa, assim como Luther King, que fez esse discurso. Eu também tenho o sonho de viver num país sem discriminação racial, como ele queria. Eu

queria viver num país onde o dia da mulher não precisasse ser um dia de combate contra a violência à mulher. Também tenho esse sonho de viver num país em que eu não precisasse ensinar ninguém a guardar vagas para idosos, para portadores de deficiência e para as mulheres. Quem sabe, como antigamente, as pessoas reconheceriam as preferências, as dificuldades de cada um, respeitando de uma maneira ordeira e educada cada um. Também tenho um sonho de viver, minhas colegas e queridas nobres deputadas, num país em que a maioria numérica, que são as mulheres, não fosse minoria social, minoria profissional, minoria política. Talvez de todas as minorias a mais inaceitável seja a minoria atribuída à maioria da população, constituída por mulheres.

Parabéns! Vamos lutar para que esse sonho de todos nós seja realidade um dia.

A deputada Marília Campos* – Obrigado, deputado Virgílio Guimarães.

Concedo um aparte ao deputado Tadeu, que já foi integrante da Comissão Extraordinária das Mulheres no ano passado.

O deputado Tadeu Martins Leite (em aparte)* – Caras amigas deputadas Marília, Laura, Andréia, Leninha e Ana Paula, será muito breve a minha intervenção. Quero trazer aqui a nossa fala de estar ao lado desta comissão, ao lado das mulheres aqui desta Casa. Eu que, de fato, tive a honra, ainda na legislatura passada, deputado Guilherme, de fazer parte da Comissão das Mulheres e fui presidido pela deputada Marília Campos, sei da importância não só do trabalho que a comissão faz, mas de trazermos, cada vez mais, pautas e discussões como essa para dentro da Assembleia.

Então, V. Exas. estão de parabéns! Contem não só com este parlamentar, mas certamente com esta Casa Legislativa em favor da luta das mulheres contra a violência contra as mulheres. Parabéns!

A deputada Marília Campos* – Obrigada, deputado Tadeu.

Não sei se as deputadas ainda querem se pronunciar, mas queria apenas agradecer todos os apartes e a atenção a nós concedida.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* – Marília, parabéns a V. Exa. e à Comissão das Mulheres! Tenho absoluta convicção de que será um avanço aqui na Assembleia.

Gostaria aqui só de registrar que sou também um dos defensores dos direitos das mulheres. Tenho duas leis importantíssimas aprovadas aqui na Assembleia que vão ao encontro dos direitos das mulheres, sobretudo no enfrentamento às doenças.

Criamos aqui o Programa de Prevenção do Câncer, com as mamografias móveis, que hoje percorre o interior de Minas Gerais todo e realiza milhares de exames, sobretudo a mamografia, permitindo o diagnóstico inicial do câncer de mama, tratando a mulher sem a mutilação conhecida do passado e, às vezes, garantindo a cura de infinitas mulheres.

Há uma outra lei de minha autoria também, sancionada pelo governador em 2016, que garante a plástica mamária da mama não afetada. Sabemos que há uma lei federal, de autoria da deputada Maria Elvira, de 1998, que garante a reconstrução da mama afetada pela doença e não garante a plástica da outra mama. Todos sabemos que a mama é um órgão simétrico. Então, reconstruir uma mama e não permitir fazer a plástica na outra mama pode deixá-las desiguais, e o resultado, às vezes, é muito aquém do que hoje a medicina pode garantir.

Nós aprovamos essa lei aqui em 2016, e ela foi recentemente sancionada por Michel Temer no âmbito federal. Então é uma lei de nossa autoria, aqui da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que virou um exemplo para o Congresso e hoje garante a simetria das mamas no Brasil inteiro. Foi uma lei de nossa autoria. Gostaria de fazer esse registro. Estarei sempre lutando para que as mulheres tenham direitos. Eu acho que a questão da desigualdade tem de ser superada. Nós somos seres iguais e todos merecemos respeito. Muito obrigado a todos vocês.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte)* – Boa tarde a todos! Deputada Marília, colegas deputadas, fico feliz com essa luta de vocês. Sempre estive do lado da segurança pública ajudando as mulheres no combate principalmente ao feminicídio. No

ano passado, quando assumimos a chefia da polícia de Uberaba, tínhamos uma delegacia. Não sei bem quem falou – acho que V. Exa. mesma – a respeito da precariedade das delegacias de atendimento às mulheres, que muitas vezes não são atendidas única e exclusivamente por mulheres. O governo do Estado precisa fazer isso, colocar mulheres atendendo nas delegacias de combate e defesa da mulher. É claro que os homens, na retaguarda, serão muitas vezes necessários para auxiliá-las em caso de prisão, mas é prioritário que sejam atendidas por mulheres, pois se sentem muito mais à vontade. A nossa delegacia de Uberaba era muito ruim para o atendimento, sem conforto para quem estava atendendo e muito menos para quem era atendido. Nós começamos a batalha, Marília, e construímos uma delegacia de atendimento à mulher com médica, psicóloga, assistente social, delegada de polícia, escrivã, investigadora, todas num único compartimento atendendo às mulheres, numa situação de conforto e bem-estar. Há meninas, mulheres e adolescentes em situação de risco, que não têm condições de se defenderem do problema lá fora, e o Estado precisa criar essas condições. Eu já vi muitos problemas com menores e adolescentes nessas condições e costumava dizer que homem que é homem não bate e mulher que é mulher denuncia. Nós precisamos estar juntos nessa questão da violência, não apenas na violência contra a mulher. Agora estamos falando da mulher, mas a violência em si tem de diminuir acentuadamente no País. Parabéns! Vamos juntos!

A deputada Marília Campos – Obrigada, deputado. Encerro nossa fala reforçando o convite das Mulheres Sempre Vivas para a luta contra a violência. Contamos com os deputados para nos ajudarem a divulgar os eventos que acontecerão na parte da manhã, às 9 horas, no dia 8 de março, na Assembleia Legislativa, e de meio-dia às 18 horas, na Praça Sete, fazendo os debates. Contamos também com o apoio dos deputados na implementação de políticas públicas para as mulheres, na educação, na Secretaria de Segurança Pública, fortalecendo as delegacias de mulheres. Não podemos deixar de lembrar que a grande maioria de nós quer ver mulheres na Mesa da Assembleia Legislativa. É por essa razão que, no ano passado, no mandato passado, nós travamos essa discussão. A aprovação da PEC nº 16 ficou pautada na Assembleia durante seis meses. Certamente continuaremos lutando por mais mulheres na política e também para que elas ocupem os principais postos de comando.

Muito obrigada, deputados, pelos apartes. Pela primeira vez, desde que faço parte da Assembleia Legislativa, participaram efetivamente dessa agenda de discussão, que é a luta em defesa dos direitos das mulheres. Obrigada, presidente; obrigado, deputados; obrigada, deputadas.

Deputado, eu até tinha me inscrito para falar de outro assunto, mas a gente combinou de fazer essa intervenção coletiva. Sobre essa temática não está esgotado o conteúdo, mas acho que o nosso recado já foi dado, e contamos com a participação de vocês. Muito obrigada.

Eu particularmente voltaria a me inscrever para falar sobre outras temáticas, mas a deputada Leninha está inscrita, e eu tenho certeza de que ela vai querer falar de um outro assunto, não exatamente deste assunto da questão das mulheres. Muito obrigada.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Leninha* – Obrigada, presidente. Obrigada aos que nos ouvem e nos acompanham.

Eu me inscrevi primeiro para dizer que, no dia 20 de fevereiro, fui eleita presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, é lógico trazendo para a pauta aquele compromisso de sempre: da ética, da solidariedade, da fraternidade, principalmente garantindo direitos a quem tem seus direitos violados. É importante a gente colocar que devemos fazer um debate com a sociedade e com esta Casa numa perspectiva de trazer todas as pautas daqueles cujos direitos são violados neste estado. É por isso que a gente, com certeza, já recebeu requerimentos de muitas comunidades que foram indiretamente ou diretamente impactadas pelo rompimento da barragem em Brumadinho, dando continuidade também à legislatura anterior com algumas pautas de que a Comissão Direitos Humanos sempre tratou.

Então, faço um agradecimento especial à confiança em mim depositada. Saibam do nosso compromisso, de fato, de manter a cordialidade, o respeito e, acima de tudo, de acatar as pautas daqueles e daquelas que têm seus direitos violados.

Mas também me trouxeram aqui as coisas que me preocupam e que me saltam aos olhos como cidadã e também como parlamentar: a história do desmonte de políticas sociais, que tem aumentado gradativamente a população em situação de rua, que tem colocado mais famílias na extrema pobreza neste estado. De fato, só em janeiro de 2019, mais de trezentas mil famílias foram retiradas do programa Bolsa Família. Por que estou dizendo isso? Porque, no lugar de onde a gente vem, no lugar onde a gente faz a nossa militância política, que é o semiárido, o Norte, o Vale e outras regiões de Minas, estamos vendo, a cada dia, o desmonte do Suas. É lógico que isso provoca o crescimento de índices alarmantes de mais idosos em casas de apoio, um número maior de crianças e adolescentes na exploração sexual, o aumento da população de rua, o aumento do desemprego, uma juventude que é disputada e ameaçada pelo tráfico. Enfim, uma série de problemas que a gente encontra de cunho social e que nós, de fato, na reforma administrativa, precisamos rever, bem como ver onde é que estão localizadas as políticas socioassistenciais e socioambientais deste governo.

Estou dizendo isso porque amanhã, dia 27, vamos ter um banquete. O que é isso? Amanhã, a partir do meio-dia, no Viaduto Santa Tereza, os militantes da segurança alimentar, as organizações que trabalham com produção de alimentos agroecológicos, saudáveis, sustentáveis distribuirão alimentos. Isso é um gesto simbólico em solidariedade ao Consea Nacional, que foi extinto agora, em 2019. Mas, aqui, em Minas, estamos vendo não a extinção do Consea, mas a sua migração, que antes era na Seplag, para o Seapa.

Não queremos acreditar, Sr. Presidente, caros colegas, que esse deslocamento vai significar o enfraquecimento da política de segurança alimentar e da soberania alimentar em Minas Gerais.

Pelo contrário, queremos acreditar que tanto o PAAFamiliar, quanto o programa de alimentação escolar e outras políticas de fortalecimento da agricultura familiar possam, acima de tudo, possibilitar uma oferta de alimentos saudáveis, comida de verdade no campo e na cidade. Ofertar alimentos saudáveis para nossa população é também política pública e é também preocupação de todos nós.

Então, amanhã, a partir do meio-dia, embaixo do Viaduto Santa Tereza, teremos essa distribuição de alimentos. Gostaríamos de convidar os parlamentares e as parlamentares envolvidos com essa pauta da segurança alimentar para se fazerem presentes, em solidariedade a esse grupo e a essas organizações que se preocupam com alimentos na mesa de todos e de todas; alimentos, acima de tudo, saudáveis.

Gostaria de deixar esse convite e de reforçar o convite do dia oito. Já usamos esta tribuna de forma coletiva, mas, de qualquer forma, é fundamental reforçarmos esse pedido aqui na Assembleia. Temos inclusive a criação de uma frente parlamentar, proposta pela deputada Rosângela Reis, e pedido de audiência pública para tratar desse tema da segurança alimentar. Queremos ter pessoas de pé, firmes, para enfrentarem as dificuldades da vida, ou seja, não ampliar o índice de pobreza e de extrema pobreza no Norte de Minas, no Jequitinhonha e em todo o Estado de Minas Gerais e fortalecer as políticas de produção de alimentos saudáveis. Muito obrigada.

A deputada Ana Paula Siqueira (em aparte)* – Obrigada, deputada Leninha. Quero retomar com os deputados e com as deputadas uma ponderação que fiz, na última sexta-feira, após aprovarmos o PL que trata da questão das mineradoras e da segurança das barragens. Disse a vocês sobre o recém-acontecido, sobre a liberação de um novo processo de mineração: a ampliação da mineração na Serra da Piedade.

Quero reforçar minha profunda preocupação e minha decepção em ver nosso estado repetindo essa mesma prática. Registro que, naquele dia, na sexta-feira passada, apresentei um requerimento à Comissão de Meio Ambiente, solicitando que seja feita a visita ao empreendimento minerário localizado na região da Serra da Piedade, em Caeté, para verificar as condições da área na qual será retomada a mineração. Há dados, estudos e falas de diversos ambientalistas de que a retomada desse processo vai danificar, e muito, esse nosso grande patrimônio existente na serra.

Quero aproveitar e fazer a leitura de parte da fala de Dom Walmor, que tão bem cuida daquele espaço, zelando por ele, que é também um santuário. Eu me sinto muito confortável, sou representada pela fala dele, e gostaria de compartilhar com todos vocês. Ele diz: “Prosseguiremos de maneira decisiva e firme na defesa da Serra da Piedade, reserva da biosfera reconhecida pela Unesco, patrimônio religioso, natural, histórico e artístico. Isso nos causa tristeza e perplexidade”.

Quero reforçar com vocês a necessidade de que nós, que exemplarmente aprovamos, na última sexta-feira, com uma votação expressiva de votos “sim”, uma legislação mais rigorosa, façamos juntos um coro pela preservação da Serra da Piedade.

A deputada Leninha – Obrigada, deputada Ana Paula. Compartilhamos dessa mesma preocupação. Vimos, na sexta-feira, o pessoal da Serra da Piedade pedindo visibilidade e sensibilidade da Casa. É lógico que foi o Copam que autorizou a reabertura da atividade minerária lá, mas já estamos, vamos dizer assim, escaldados. Por isso é importante termos consciência de que não podemos ficar, de certa forma, permitindo licenciamentos em patrimônios como o da Serra da Piedade. É lógico que esta Casa e alguns parlamentares, com certeza, estão junto com os movimentos de lá.

Muito obrigada, presidente. Dou por encerrada minha fala. Antes, concedo aparte ao deputado Elismar Prado.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* – É possível ainda? Na última hora. Obrigado, deputada. Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento que tocou no assunto da segurança alimentar, do Programa de Aquisição de Alimentos. Queria só ressaltar, a exemplo do Alencar, que diz sempre que criou a TV Assembleia, que me recordei da lei do PAA. Quando fui deputado federal, apresentei um projeto na Câmara Federal, que foi aprovado na Comissão de Educação e depois em Plenário – a esse projeto foi apensado um projeto do governo – e que era justamente o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Na lei criada por mim, estabelecemos que todos os alunos do ensino médio, ou seja, da educação básica do País seriam inseridos no Programa Nacional de Alimentação Escolar, porque naquela época os alunos do ensino médio não recebiam a merenda escolar, ou seja, os estados não recebiam as transferências de recursos para oferecer merenda aos alunos. Aprovamos a lei em 2008, e, a partir de 2009, mais de 10 milhões de alunos do ensino médio foram inseridos no programa e começaram a receber os recursos. Da mesma forma, o PAA, que foi apensado ao meu projeto, passou a receber 30% de todos os recursos do Programa de Alimentação Escolar – um salto gigantesco de recursos, que acabou gerando mais renda e emprego no campo e uma alimentação mais saudável nas creches e em todas as entidades que são atendidas pelo programa.

É importante ressaltarmos isso e verificarmos como anda a execução do programa aqui no Estado de Minas Gerais. Espero que o governo incentive a agricultura familiar e dê melhores condições para que o programa funcione bem aqui. Temos muitos recursos e produtos saudáveis, de qualidade, que são fundamentais para que possamos oferecer a merenda e ao mesmo tempo gerar emprego e renda no campo.

Enfim, V. Exa. está de parabéns. Acho que essa temática é fundamental e todos devem participar. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado, presidente Antonio Carlos Arantes. Na verdade, hoje abordaria o assunto que nos preocupa muito lá na nossa região, que é a questão da seca dos rios, com um bando de gente fazendo estripulia para driblar o Meio Ambiente, destruindo tudo. Mas vou abordar um assunto também muito importante, que é a reforma administrativa que o governador Romeu Zema encaminhou a esta Casa.

Por várias vezes declarei que farei o possível para ajudá-lo nessa administração, até mesmo para tentarmos consertar os estragos que o PT fez durante quatro anos. Não o PT – desculpe-me, Leninha –, mas Fernando Pimentel, que arreventou com Minas e hoje está lá em Salvador, na Bahia, como assessor do governador da Bahia. Imaginem o estrago que ele fará na Bahia. Mas baiano tem estopim curto, Cleitinho, não é tolerante como o mineiro. De qualquer maneira, vou apoiá-lo no que for necessário, no que for possível, mas gostaria muito de dizer que é necessário dialogarmos um pouco mais.

É importante que o governo entenda que governar um estado é muito diferente de governar um aglomerado de lojas. Nas suas lojas, ele troca o departamento de bicicleta com o de camas e faz o que quer, mas no Estado as coisas são mais complexas. Dentro desse projeto que ele mandou para esta Casa... Ainda não tive tempo de fazer um juízo maior ou de me aprofundar no assunto. Estou vendo-o por tópicos. Um dos tópicos que está me preocupando muito na reforma administrativa do governador Zema a extinção da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais.

Essa escola já existe há 74 anos, uma escola enxuta. Parece-me que são menos de 100 funcionários, todos eles com estabilidade. São concursados, pessoas que se prepararam durante muito tempo e que têm prestado enorme serviço ao povo de Minas Gerais.

Essa Escola de Saúde Pública promove algo fantástico, pois faz palestras e ministra cursos em comum acordo com as universidades em nossa região. A parceria entre a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais e a Unimontes, na promoção dos cursos de aperfeiçoamento de agentes políticos ligados à área da saúde, é importante. No ano passado, foram realizados 700 cursos, com um orçamento pequenininho, minúsculo. Os funcionários são estáveis. Estão extinguindo essa escola que já tem know-how, experiência, pegando todas essas pessoas e colocando numa subsecretaria ou numa diretoria da Secretaria de Estado de Saúde.

Ora, com o devido respeito, nós, hoje, em reunião da bancada do Norte de Minas – eu, Zé Reis, Leninha, Tadeuzinho, Arlen, Gil e Virgílio Guimarães –, decidimos apresentar um convite aos integrantes do governo para que venham nos explicar essa questão, porque trará enorme prejuízo para a nossa região. E não só a ela, mas também à Sedinor. Temos apenas uma secretaria responsável pelo desenvolvimento do Norte de Minas, e o governo está metendo a tesoura também nessa secretaria. Tudo isso sem conversa maior, sem maiores explicações. O secretário que responde por ela foi ao Norte de Minas, já nomeou, sem se comunicar com ninguém, um representante do Idene.

Enfim, retomando a questão da Escola de Saúde Pública, o que pretendemos? É nada mais, nada menos do que conversar, ouvir a explicação de motivos, pois a extinção dessa escola não trará nenhuma economia ao Estado, uma vez que o que se gasta hoje talvez seja menos do que se gastará na Secretaria de Saúde. E, com a devida vênia e respeito, Rafael, a Secretaria de Saúde não está preparada para realizar cursos como faz a Escola de Saúde Pública, pois sequer está dando conta da saúde pública de Minas Gerais. Hoje, o Estado tem mais de dezessete mil casos diagnosticados de dengue e não consegue debelar a epidemia. Estamos vendo as prefeituras miseravelmente de pires nas mãos, pedindo o que é devido à secretaria. Outro dia mesmo, o deputado Cleitinho Azevedo falou dos carros abandonados, sucateados. As prefeituras, muitas delas, não têm sequer uma ambulância. Muitas prefeituras, por critérios políticos, recebem cinco ambulâncias. Às vezes, uma coitadinha que está ali, porque não tem representante ou deputado que ajude, não recebe nenhuma. Fica essa coisa desigual.

Agora, pega-se uma escola que já está montada, certinha, para colocá-la na Secretaria de Saúde, para bagunçar ainda mais Minas Gerais.

Concedo aparte à Laura, com o maior prazer.

A deputada Laura Serrano (em aparte)* – Deputado Carlos Pimenta, obrigada. Quero trazer algumas informações, alguns esclarecimentos. Na verdade, a Escola de Saúde Pública não será extinta, pois, pelo projeto da reforma, ela se torna uma subsecretaria da Secretaria de Saúde, mas mantém o nome. Isso significará, sim, economia para os cofres públicos, para o governo do Estado, porque haverá uma redução nas áreas-meio da escola. A parte relacionada a atividades administrativas, atividades-meio, será utilizada de forma partilhada com a secretaria, digamos assim, mas toda a área finalística da escola será mantida. Logo, as atividades hoje realizadas pela Escola de Saúde Pública continuarão a acontecer. Não há qualquer tipo de prejuízo em relação à emissão de certificados ou captação de recursos. Tudo isso será mantido da mesma forma que hoje.

No Rio Grande do Sul, há um caso de uma escola de saúde pública que funciona, emite certificados e integra a estrutura da Secretaria de Saúde. Quis trazer essas informações, obrigada.

O deputado Carlos Pimenta* – Agradeço a gentileza de a senhora participar, de favorecer a troca de ideias. Talvez porque a senhora pertença ao mesmo partido do governador, já deve ter sido convidada uma, duas, três vezes para ir ao Palácio Tiradentes. Talvez a senhora tenha essas informações que a grande maioria aqui não tem. O problema é esse. O governo tem que entender que nós somos um parlamento. Um parlamento tem aliados e tem opositores. Até agora não vi oposição ao Zema. A turma do PT está quietinha, quietinha. Talvez porque não tenha muito o que falar, por causa do estrago que foi feito pelo Pimentel. Mas, de qualquer maneira, estamos precisando dessas informações. Pelo que me falaram – tive contato com os técnicos da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais –, vão ficar elas por elas. O orçamento vai ficar da mesma forma. É essa a informação que eu tenho. Não sei se todo mundo tem uma informação precisa sobre isso. Não estou muito preocupado com isso, porque, se houver algum tipo de economia, será muito pequena, porque o orçamento da Escola de Saúde Pública já é enxuto. E, se não houver uma tomada de posição com relação à saúde pública, deputado Guilherme, essa medida não vai adiantar nada.

Podemos ver que o secretário foi nomeado esta semana. Já se passaram praticamente 40 dias, e o secretário que foi indicado não tomou posse. Estou falando como médico, junto com o deputado Gustavo Valadares, que está aqui, nós que sofremos horrores, nesses últimos quatro anos, com o desmonte da saúde pública de Minas Gerais. Falo assim porque isso é verdade. Estou sendo generoso. O que esse excomungado desse Pimentel fez com Minas Gerais foi uma coisa horrorosa na saúde pública. Vocês nem imaginam! Mas tirar uma secretaria que já funciona, que tem know-how, com 74 anos de funcionamento, e passar para uma secretaria de saúde que está perdida...

Vou levar os membros da Comissão de Saúde para nos sentarmos com o secretário e tentarmos ver se podemos ajudá-lo em alguma coisa. Porque a Secretaria de Saúde está perdida, não se sabe de nada que está acontecendo. As prefeituras continuam sem receber do mesmo jeito. Não há remédio nos postos. A parte do governo federal é mandada para as prefeituras, os prefeitos entram com a contrapartida, e o Estado ainda não está entrando com a contrapartida.

Eu vou torcer para que o nosso governo possa encontrar o fio da meada, encontrar o caminho para normalizar a saúde pública, porque está um horror, está um caos. O Ipsemg está devendo a todo mundo, não paga aos hospitais, estão fechando os hospitais. É humilhante entrar num hospital e ver isso: “A partir da data tal, o hospital tal não está atendendo mais os segurados do Ipsemg, porque não está recebendo”.

Então vamos tentar organizar a casa. Estou disposto a isso. Mas, em particular em relação à Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, eu não estou convencido, não tenho informações e acho que vamos acabar com um órgão que já está funcionando, que tem um corpo técnico dos mais gabaritados e colocá-lo numa secretaria que ainda está desorganizada. É o meu pensamento.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado Carlos Pimenta, V. Exa., até como presidente da Comissão de Saúde, tem legitimidade para discutir esse assunto, em especial essa questão da Escola de Saúde Pública. Só quero fazer um breve comentário sobre algo que foi sugerido hoje, pela manhã, em relação ao qual chegamos à conclusão de que será benéfico a todos, inclusive a V. Exa., pelo pronunciamento que faz. Hoje tivemos a primeira reunião entre os presidentes das três grandes comissões com membros do governo, representantes do governo, com relação à reforma administrativa. Uma primeira reunião. Muitos, ou quase a totalidade dos deputados desta Casa, ainda realmente, assim como V. Exa., não têm ciência daquilo que está descrito no texto, das intenções, ou mesmo o leram. Quer dizer, o projeto já está na Assembleia pelo menos há uma ou duas semanas. Alguns já até leram as modificações que estão sendo feitas, mas sem saber qual o objetivo do governo com aquilo, qual será a economia, enfim.

Então a sugestão que foi por nós acatada e que será feita terá o seguinte cronograma: o governo encaminhará técnicos a esta Casa – quando digo técnicos, são pessoas que ajudaram na confecção da reforma administrativa – para discutir com todos os quatro blocos. Há quatro blocos na Casa.

Na semana seguinte ao Carnaval, na parte da manhã, com um bloco; na parte da tarde, com outro; no outro dia, de manhã, com um; e à tarde, com outro. Vamos discutir, colher sugestões, resolver e dirimir dúvidas de todos os deputados com relação à reforma administrativa. Tenho certeza de que, com isso, muitos dos seus problemas e das suas aflições serão resolvidos.

Quanto à questão da desorganização de gestão nas secretarias, queremos cobrar de um governo, com menos de 60 dias, a resolução do problema de quatro anos de desgoverno petista é até um tanto quanto injusto. Também espero, torço, e estamos trabalhando todos ansiosos para que este governo consiga resolver os problemas. Mas, em 60 dias, solucionar problemas de quatro anos, não vamos conseguir.

O deputado Carlos Pimenta – Gustavo, os mesmos sofrimentos que o senhor passou nesses quatro anos, nós passamos também.

O deputado Gustavo Valadares – Passamos juntos.

O deputado Carlos Pimenta* – Não estou aqui fazendo crítica à Secretaria de Saúde, não. Estou falando que ela está ainda desorganizada porque estava acéfala. Ela não tinha um secretário. O secretário só foi nomeado agora.

O deputado Gustavo Valadares* – Mas porque o secretário que havia sido nomeado teve um problema pessoal, particular, não é isso?

O deputado Carlos Pimenta* – Tudo bem. Mas o problema é dele, não é nosso, não.

O deputado Gustavo Valadares* – V. Exa. sabe disso, não sabe?

O deputado Carlos Pimenta* – O problema nosso é a saúde pública.

O deputado Gustavo Valadares* – Sim, mas não precisamos falar qual foi o problema. Mas V. Exa.... Houve um secretário que foi nomeado e tomou posse no dia 1º de janeiro e, por conta de uma questão pessoal que V. Exa. sabe qual é, ele teve de sair, teve de abrir mão do cargo que perseguiu colocando-se à disposição para servir Minas. Por conta disso, atrasou-se um pouco a nomeação do novo secretário. Só por isso, deputado. V. Exa. sabe a razão de o primeiro secretário não ter ficado na secretaria, não sabe?

O deputado Carlos Pimenta* – Não sei, não.

O deputado Gustavo Valadares* – Não sabe?

O deputado Carlos Pimenta* – Não sei, não.

O deputado Gustavo Valadares* – Não sabe? Então eu lhe falo na hora em que V. Exa. descer.

O deputado Carlos Pimenta* – Essa é boa. Não sou obrigado a saber, não, Gustavo. Sou obrigado a cobrar aqui as questões da saúde pública.

O deputado Guilherme da Cunha (em aparte)* – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta, pelo aparte. A informação que eu traria é a informação que o deputado Gustavo já trouxe, sobre esse cronograma de reuniões, que é uma iniciativa de absoluta transparência do atual governo, a de iniciar um diálogo com a Casa para que todos possam ter a informação técnica completa sobre os projetos em tramitação, sobre os efeitos esperados, sobre a eficiência do serviço e também as economias de custos, para que tenhamos um atendimento eficaz à população mineira, com mais respeito ao dinheiro do contribuinte. Esse diálogo que está sendo iniciado, cujo cronograma o deputado Gustavo acabou de informar, permanecerá durante a legislatura – e o senhor é mais do que bem-vindo para participar e trazer as contribuições, para que façamos o melhor projeto possível para Minas Gerais.

O deputado Carlos Pimenta* – Muito obrigado. Presidente, peço só mais 30 segundos para terminar. Eu estou demonstrando uma incerteza que tenho: se acabar com essa escola que está montada e colocá-la na Secretaria de Saúde vai surtir efeito. Quero convidá-los para amanhã, na Comissão de Saúde, às 10 horas, participar de um debate que realizaremos com membros da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, talvez para que possamos ter informações do lado dos funcionários, sobre o trabalho deles. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1/3/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Amanda Cristina Lopes Pereira da Silva Soares, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

exonerando Celia Andrade Aleixo, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

exonerando Nélcio Francisco Aleixo, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Gesselia Ermínia Costa Aleixo, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Henrique José da Silva Souza, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Guilherme da Cunha;

nomeando João Baptista Santiago Neto, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betão;

nomeando Lívia Siqueira Maria Fernandes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Robelha Soares Rodrigues, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais.